

Bayerlein, Bernhard H. (2020). 'Addis Ababa, Rio de Janeiro and Moscow: The Double Failure of Comintern Anti-Fascism and Anti-Colonialism'. In: Braskén, Kasper; Copsey, Nigel and Featherstone, David (Eds.), *Anti-Fascism in a Global Perspective. Transnational Networks, Exile Communities, and Radical Internationalism*. London-New York: Routledge (Routledge Studies in Fascism and Far Right), pp. 218-233. ISBN: 978-113-835-218-6

Maria Luisa Nabinger De Almeida¹

¹Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
luisa.nabinger@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8476-634X>

Recebido em: 02/10/2020 | Aceito em: 05/10/2020.



Palavras-chave: Anti-fascismo e anticolonialismo; Comintern e Politburo; Lenin e Stalin.

Keywords: Anti-Fascism and Anti-Colonialism; Comintern and Politburo; Lenin and Stalin.

INTRODUÇÃO

Até a abertura dos arquivos russos, a partir dos anos de 1990, tínhamos uma história quase mística com relação às teses basilares do movimento comunista internacional, como a revolução proletária internacional, as questões nacional e colonial. O próprio autor, Bernhard H. Bayerlein, que apresentou uma palestra no CPDOC/FGV em 2016 sobre o “Projeto Comintern online”, e do qual foi co-fundador, ressaltou os estudos historiográficos que poderiam advir das novas pesquisas documentais.

De fato, o artigo “Addis Ababa, Rio de Janeiro and Moscow: The Double Failure of Comintern Anti-Fascism and Anti-Colonialism” surgiu a partir de fontes históricas até então amordaçadas que nos revelaram um tripé em crise: fracasso do internacionalismo comunista, decomposição do Comintern e implosão do comunismo oficial partidário.

Cada um dos conceitos difundidos pela Terceira Internacional desde o período de Lenin (1919-1923), como o internacionalismo, antifascismo, anticolonialismo e autodeterminação nacional, sofreram uma metamorfose até o período de Stalin (1927-1953), em passando pelo esvaziamento do Comintern (1919-1943) iniciado, particularmente, no período entreguerras -1928/29 a 1934/35.

Não raro, nesse último período, apesar de inúmeros países na Ásia, Europa, África e no Hemisfério Sul terem se envolvido em movimentos de transformação social, seja tentando conquistar a emancipação dos trabalhadores, seja tentando a emancipação do domínio colonial, a clareza de tais acontecimentos jamais foi possível distinguir à luz de concepções outrora defendidas pelos partidos comunistas em torno de uma Federação mundial. Se, inicialmente, o internacionalismo comunista difundido pelo Comintern propagava ser a Internacional Comunista como a Pátria de todas as classes e nações exploradas, ou ainda, os interesses da revolução internacional são superiores a todos os interesses nacionais, veremos que o Programa do Comintern a partir de 1928, com Stalin e Molotov à frente, declararam ser a União Soviética a verdadeira pátria do



proletariado a ser defendida por todos os meios.

Logo veremos que essa mudança estratégica surpreenderia e derrotaria politicamente os diversos partidos comunistas pelos continentes. Os casos da Geórgia, Ucrânia, Turquistão, da China, Marrocos, Tunísia, Índia, sem falarmos da Alemanha, Espanha, Hungria, entre outros, expuseram o colapso entre o internacionalismo do movimento operário, do anticolonialismo e do anti-fascismo, pois estiveram até há poucas décadas sob “striking caesura”, segundo Bayerlein.

Este tournant promovido nas teses da IIIa. Internacional levou à bancarrota do “affirmative action empire” idealizado por Lenin, em detrimento, ainda, das diversas realidades de cada país no momento da revolução proletária, fosse a predominância da luta contra o imperialismo, o colonialismo ou o fascismo. Tampouco a solidariedade transnacional entre os partidos comunistas sobreviveria: a superioridade do partido soviético prevaleceria sobre quaisquer outros partidos.

As derrotas em dose dupla particularmente estudadas neste artigo por Bayerlein tanto na Etiópia quanto no Brasil a partir das fontes históricas agora reveladas, permitem-nos decodificar, empiricamente, a complexidade emaranhada do jogo internacional.

Por um lado, a guerra de conquista pela Itália de Mussolini na Abissínia (1935) que, segundo o embaixador alemão em Roma, Ulrich von Hassel, representou um “altíssimo jogo político ousado desde a 1a. Guerra Mundial”, expôs, prematuramente, o fim do anticolonialismo e do anti-imperialismo, teses caras à União Soviética, à época neutra.

Por outro lado, enquanto o Brasil aspirou alcançar a etapa da revolução nacional desde a Coluna Prestes (1924-1927), produziu, em 1935, uma revolta militar na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, sob o comando da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que, segundo o autor, seria uma variedade específica da chamada “Frente Popular”. O Partido Comunista Brasileiro, no entanto, não participou dos acontecimentos alegando ser “um perigo para as preparações clandestinas realizadas com o Comintern”. Não só a origem do levantamento é controversa, em razão da tradução documental, como sabemos, atualmente, que houve uma ordem para o levantamento pelo Comintern. Com uma única reserva: Bayerlein ainda menciona o historiador russo Fridrich Firsov, um expert em telegramas cifrados, quem revelou, recentemente, a evidência de alguns



telegramas do Secretariado do Comintern, de 1935, assinados por Palmiro Togliatti e Dimitrov, e outros não menos conhecidos da historiografia.

Vale à pena conhecermos esta controvérsia em torno da tradução das fontes documentais levadas a cabo por William Waak e Anita Leocárdia Prestes, pois entre a versão dada anteriormente ao telegrama, como “a decisão para a revolta deve ser tomada por vocês mesmos”, e a versão na tradução de outro telegrama em russo, assinado por Dimitrov, lê-se que “nós sugerimos deixar a decisão e a forma dos próximos passos para os camaradas brasileiros”, temos os comunistas brasileiros deixados à própria sorte. Em termos do conteúdo principal, os documentos, de acordo com Bayerlein, revelam que o Secretariado do Comintern, embora estabelecendo a linha da insurreição, deixou o timing exato para a delegação do Comintern no Brasil que estava em contato com Luiz Carlos Prestes. Além do telegrama ter chegado após o colapso da revolta, os “mal-entendidos e falsos registros históricos podem ser [também] atribuídos à língua em que o telegrama foi comunicado no Rio de Janeiro”.

A título de conclusão, vemos que tanto a fraca intervenção contra a guerra colonial italiana (“The Hands off Ethiopia Campaign”) quanto a intervenção fracassada no Rio de Janeiro e no Brasil, só confirmaram a hipótese inicial de Bayerlein: “a derrota militar do Comintern no Brasil e nos eventos na Etiópia formaram um emaranhado histórico que representou o duplo fracasso do antifascismo e do anticolonialismo”. A supremacia do Partido Soviético, no terceiro período da Internacional Comunista, ou no período entreguerras, refletiu o momento Stalinista quando o Politburo deixou de lado a “forma de cada povo”, fosse uma insurreição militar, no caso dos países semicoloniais, fosse uma frente unitária anti-imperialista. Assim, se a tese antifascista foi defendida pelo Comintern, esta nunca foi, no entanto, uma doutrina da União Soviética, pelo menos até o ataque de Hitler contra a União Soviética, em 1941. O massacre brutal dos organizadores da Revolução de Outubro, as deportações de minorias nacionais ou de populações inteiras não foram, segundo o autor, nem perpretados no Brasil nem pelos Nazistas, mas na União Soviética. A própria derrota dos comunistas da Guerra Civil na Espanha espelhará o abandono, definitivamente, da tese antifascista, quando foi assinado o Pacto entre Stalin e Hitler, em 1939.



A rigor, para o autor, este processo desigual, mas combinado, entre o Comintern e o Partido Comunista Soviético, no que concerne ao antifascismo e ao anticolonialismo, nunca foi revertido no Stalinismo levando, finalmente, à implosão do sistema.

